

# Regionalização Agrária e Teoria das Classificações Espaciais. Alguns Problemas. \*

Antonio Olívio Ceron\*\*

**E**m 1972, tivemos oportunidade de oferecer uma pequena contribuição de cunho didático, publicada no Boletim de Geografia Teorética (1) sobre as classificações espaciais e a questão da regionalização. Na época, estava em plena efervescência a chamada fase da teorização e quantificação, tanto na geografia como em várias outras áreas do conhecimento. Talvez por essa razão, aquela contribuição tenha sido considerada útil, motivo pelo qual acabou sendo reeditada em 1977.

Com o advento da chamada geografia crítica ou marxista que, entre nós, se expandiu aproximadamente com a abertura política, aquela, contribuição foi colocada na "caixa" rotulada de fase quantitativa (sem o termo teorização) ou neopositivista da Geografia, a qual se adicionou forte sentido pejorativo.

Acreditamos que todas as rotulações pejorativas ou não, são sempre muito perigosas, sobretudo nos casos em que o rotulador trabalha com o ensino e a formação de novos pesquisadores. Via de regra elas estimulam o desprezo pelas leituras ou potencialidades os preconceitos.

Rotuladores a parte, lembremos que alguns poucos colegas criticaram objetivamente vários pontos contidos naquela contribuição didática. Talvez os mais importantes possam ser resumidos na afirmação de que: 1 - os processos de regionalização se identificam aos envolvidos numa classificação, no caso da Geografia, classificação de espaços; 2 - a região, como classe de espaço, é uma abstração e na afirmação de que 3 - a qualidade de um processo de regionalização depende muito da sua coerência "interna" e do grau de relacionamento com a teoria que a motivou. O termo "interno" foi simplesmente reduzido a afirmação de que a re-

gião não deveria ser analisada em suas relações com o resto do mundo, e assim confundido com "fechado". A palavra abstração talvez tenha gerado, maiores polêmicas e esta questão é antiga na Geografia, tanto quanto a polêmica da Geografia como ciência social.

Passaram-se quase 15 anos. Contribuiu-se com muita coisa relativa ao conteúdo das regiões ou sobre aquilo que deve ou não estar presente nos resultados de um processo de regionalização. Parece-nos que pouca coisa foi adicionada a problemática teórico-metodológica ou mesmo teórico-metodológica ou mesmo técnica da regionalização, enquanto processo de raciocínio sistematizado ou disciplinado, de unir ou desmembrar espaços, como caminho mais eficiente para se atingir objetivos estabelecidos.

Quanto a questão da "abstração", nossa curiosidade foi despertada por uma conferência proferida pelo Prof. Dr. Milton Santos, em reunião do IPGH, realizada no Rio de Janeiro, em abril de 1986. Respondendo a uma pergunta sobre sua nova conceituação da região (2) aquele pesquisador afirmaria que a região nada mais é que um espaço "pretexto" utilizado pelo geógrafo para desenvolver seus estudos. Abstrato e pretexto não são termos propriamente idênticos embora seja possível encontrar, no caso específico, certo parentesco entre eles. Sem dúvida a opção daquele pesquisador pelo segundo termo foi muito mais feliz

\* Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Geografia Agrária-MESA REDONDA - "Regionalização Agrária e seus problemas teórico-metodológico" - Dezembro 1987 - Aracaju-SE.

\*\* Prof. Doutor do Departamento de Planejamento Regional - IGCE - UNESP.

1 - CERON, A.O. (1972): Classificações Espaciais e Regionalização Boletim de Geografia Teorética, nº 3, pp. 5/70, reeditada no mesmo Boletim, 7 (14), 1977, pp. 9/45.

2 - SANTOS, M. (1985): Espaço e Método, Nobel.

para o caso específico da questão regional.

Estes e outros fatos, nos deram ânimo para enfrentar o desafio de participar da mesa redonda sobre Regionalização Agrária e seus problemas teórico-metodológicos assunto que, segundo nossa imaginação, teria sido relegado dos debates, em virtude do alto grau de esterilidade que ele normalmente contém. E, tendo em vista o nosso desinteresse pela bibliografia publicada nos últimos anos sobre o assunto decidimos, também por uma questão de comodismo, recolocar grande parte das considerações contidas naquela contribuição de 1972, como espécie de artifício destinado a motivação do debate e recolocação de alguns problemas metodológicos básicos do processo de regionalização. O tema desta mesa redonda está circunscrito a regionalização agrícola. É óbvio, entretanto, que as etapas de raciocínio envolvidas no processo de regionalização da agricultura são, em grande medida, os mesmos de qualquer outro processo de produção de regiões.

A Geografia Econômica do início deste século produziu diversas regionalizações da realidade agrária, com o objetivo principal de oferecer uma visão global ou de síntese das atividades agrárias desenvolvidas no mundo. Nesse sentido, conhecemos vários esforços como, por exemplo, os de BAKER (1932) sobre as regiões agrícolas da América ou as de GRIFFITH TAYLOR e Clarence Jones, respectivamente, sobre a Austrália e América do Sul, publicados em 1930 e 1928, no *Economic Geography*. O que diferencia uma região da outra, nesses casos, é o que ela produz e, principalmente, as relações de dependência da produção com o ambiente físico ou ecológico, sobretudo clima e relevo. Esse modo de estabelecer as relações, a base de atributos diferenciadores de ordem ecológica, convencionou-se denominar de determinismo ambiental o qual atingiu seu auge nas décadas de 40 e 50. Contudo, o determinismo ambiental não está inteiramente abandonado nem fora de moda nos dias atuais. Mas, o que está em jogo, no momento, não é

saber qual seria o conteúdo que deveria ser, mais corretamente, incluído numa região agrícola ou seja, quais deveriam ser os eventos relevantes para comprovação de uma ou várias hipóteses de relações que se estabelecem num dado espaço, capaz de diferenciá-lo, dos demais.

Provavelmente, tão importante quanto o conteúdo e os resultados da regionalização, seria admitir que esta corresponde a um processo de raciocínio em cuja cadeia se encontram alguns princípios e noções básicas que deveriam nortear, de modo consciente, o ato de regionalização.

Na década de sessenta foram publicados vários trabalhos dentre os quais se destacam os de GRIGG (3) pela farta coleta e análise de material relativo a perspectiva teórica e filosófica que norteiam os processos de regionalização. Esse autor considera BUNGE (1962), de JONG (1962) e a si próprio, como os primeiros a relacionar, formalmente, e de modo sistemático, os processos de regionalização aos de classificação espacial. Pouco mais tarde, HARVEY publica o seu *Explanation in Geography* (4) no qual trata, detalhadamente, do processo de classificação respondendo a várias questões como, exemplo: Para que classificamos? Como classificar ou quais seriam os métodos mais eficientes para se produzir regiões?

Esses autores, e muitos outros que trataram do assunto com o mesmo objetivo, se encontravam na fase áurea da teorização e da quantificação e, por esse motivo, a resposta que deram ao "como" foi inteiramente matematizada ou tecnificada, motivo pelo qual a resposta tentada ao "para que" classificar, no âmbito do método científico, foi colocado no mesmo plano e, por conseguinte, tudo foi rotulado de neopositivismo, ao qual se adicionou forte sentido pejorativo. Daí, afir-

3- GRIGG, D. (1965) *The Logic of Regional systems*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol IV, 1965, pp. 465/791 e *Regions Models and Classes*, in Choley e Haggett., *Models in Geography*. Londres: Methuen Co. Ltd., 1967, pp. 461/509.

4- HARVEY, D. (1969) *Explanation in Geography*, Londres, Edward Arnold, cap. 18, pp. 326/350.

mações sobre a necessidade de se produzir regiões com coerência interna foram confundidas com necessidade de se analisar regiões como entidades isoladas, independentes de suas relações com o resto do mundo ou, então, que os níveis de abstração, envolvidas no processo de regionalizar conferem à região um caráter puramente abstrato, fruto da imaginação do pesquisador, sem qualquer objetivo empírico.

A resposta dada ao "para que" classificar, segundo os autores mencionados, seja por meio de técnicas quantitativas ou não, poderia ser resumida no seguinte contexto:

"Os eventos considerados relevantes para comprovação de uma hipótese ou para certificar o seu grau de validade, não poderão ser analisados em si, isoladamente, sem qualquer relação com os demais. Classificamos ou regionalizamos para dar ou tentar certa ordenação às coisas com as quais pretendemos trabalhar."

As tentativas de identificação das áreas de dominância dos pequenos produtores, para fins de confrontação com as de dominância dos grandes produtores, por exemplo, segundo objetivos determinados não poderão ser reduzir à simples descrição ou análises de cada um dos pequenos e dos grandes como unidades isoladas. Via de regra, são reunidos grupos de produtores, com determinada localização espacial, os quais, na linguagem da teoria de classificação passam a se chamar "classes", que poderão ser decompostas em sub-classes, se assim necessário. O pesquisador deverá estar consciente de que, cada um dos produtores, embora não absolutamente idênticos, acabam sendo considerados como se assim fossem a partir do momento em que a unidade de referência ou análise passa a ser a classe e ter conhecimento, também de que as possibilidades de erros, para o relacionamento ou confrontação ou mesmo descrição de classes, será tanto maior quanto mais vasto o universo com o qual se trabalha ou a escala espacial de referência.

A essa possibilidade de erros, a teoria de classificação de "perda de detalhe" (na realidade perde-se uma

parte da individualidade específica de cada produtor isolado) a qual, na fase da quantificação, procurou-se representar, quase sempre sem grande sucesso, por meio de números.

Tendo em vista o exposto, a teoria da classificação espacial considerada, regionalização, como um importante passo do trabalho científico, que deverá levar em conta, uma série de regras básicas da teoria geral da classificação. Esse problema será tratado a seguir, ainda que de modo muito geral. Nesse momento é interessante colocar em evidência que a teoria da classificação considera os resultados de uma classificação espacial e, por conseguinte, a produção de regiões como o "primeiro" passo de um trabalho científico.

O termo "primeiro" é colocado no sentido de trabalho não finalizado. Por esse motivo é lembrado, com frequência, que o resultado de uma classificação espacial deve ser encarado com "nomenclatura básica", como maneira de falar ou de escrever, a qual deverá permitir a denúncia das relações que há entre as coisas de maneira mais fácil que a sua utilização desorganizada ou isolada. A rigor não se poderá esperar que, do ato de classificar e dos seus resultados, surjam os objetivos de uma pesquisa. Classificamos para que? Para esclarecer, disciplinar o nosso trabalho e assim obter uma nomenclatura básica, segundo objetivos claramente propostos e, a partir destes, é que se deverá escolher a opção mais indicada para produzir classes de espaços. Nesse momento, talvez seja conveniente lembrar um exemplo o qual, provavelmente, poderá exprimir o papel limitado das classificações espaciais.

A Comissão de Tipologia Agrícola (da U.G.I.) estimulou a necessidade de desenvolver, em todos os países, trabalhos de identificação e mapeamento dos tipos de agricultura. Os primeiros resultados concretos apresentados pelos tipologista poloneses foram criticados por alguns geógrafos da comissão (por exemplo, na reunião realizada no Canadá, em 1972), que alegavam que os resultados eram "estáticos" e não deixavam transparecer "proces-

tos" ou a "dinâmica" dos tipos. Depois de muita discussão, chegou-se à conclusão que a dinâmica dos tipos seria facilmente determinada através do mapeamento das regiões tipos anteriores que permitiriam captar as "mudanças" quantitativas ocorridas, em determinado segmento do tempo. Na reunião de Paris, realizada em 1984, vários trabalhos foram mostrados dentro dessa idéia.

A Comissão de Tipologia Agrícola caiu no descrédito e foi progressivamente se esvaziando, primeiro porque os seus objetivos não levaram em consideração o importante papel representado pelo Estado e pelas relações sociais que se processam no âmbito do espaço-tipo e fora dele e, segundo, porque não havia levado em conta um dos princípios básicos da teoria de classificação que considera as classificações como um trabalho que não deverá ter um fim em si mesmo. Para os líderes da Comissão de Tipologia do final dos anos 60, o objetivo seria dividir o mundo em agriculturas - tipo e a eficiência dessa missão se encontrava diretamente relacionada com a eficiência das técnicas capazes de integrar uma multidão de variáveis, numa única dimensão.

Admitir que a classificação espacial corresponde à uma etapa importante, mas apenas inicial da pesquisa científica, nada mais significa que atribuir uma dose de forte rigor científico ao processo e de limitações às suas expectativas, cujo produto final não se reduz ao traçado manual de limites sobre o mapa, ao desenho de figuras pelos computadores, à soma ou divisão de espaços contíguos ou não segundo "atributos" considerados relevantes. Essa regra, ao que parece, deveria estar sempre presente na mente dos pesquisadores estejam eles comprometidos com qualquer linha ideológica.

Os teóricos da classificação espacial dos anos 60 deram ênfase à regra de que a qualidade de um processo de regionalização pode ser avaliada, em grande medida, pela sua coerência interna. Mas, coerência interna do processo, ato, procedimento ou, como muitos querem do método, não significa a defesa de que a região de-

verá ser identificada e analisada exclusivamente em suas relações internas, como espaço (ou sub-espaço) fechado. Talvez um exemplo possa ilustrar melhor o significado que se pretende dar à regra da coerência interna.

Na sua tentativa de busca de uma classificação universal das atividades agrárias em grandes tipos de agricultura, GEORGE identifica os seguintes, em seu famoso livro publicado em 1956: 1. Agricultura tradicional da zona sub-tropical e intertropical; 2. Agricultura da Europa industrial de Oeste; 3. Agriculturas especulativas e 4. Agricultura da economia socialista(5). Para os teóricos da classificação esse processo de regionalizar a atividade agrária peca pela falta de coerência interna, desde sua fase inicial, ainda que o autor tenha tratado, com competência, das relações internas que se processam no interior de cada tipo e das relações externas, as quais, após a revolução dos transportes, se sobrepõe às primeiras. O problema, nesse caso, é que os atributos regionalizadores, considerados relevantes e acessórios, que motivaram a identificação de espaço-tipos, foram mudados no meio ou no decorrer do processo de modo que um grande tipo, identificado à base de critérios de ordem ambiental (natural), é confrontado com outros, identificados por meio de critérios de ordens econômicas (de mercado) e política.

Considerando que a regra seja válida, não seria muito difícil de se encontrar, em trabalhos mais recentes e das mais diferentes linhas, alguns erros ocasionados pela falta de coerência interna de processos empregados para identificação de espaços agrícolas, que se destinam a determinados objetivos específicos. Assim, espaços e

5 - GEORGE, P. (1956): *La Campagne faite rural a travers le monde*, P.U.F. As agriculturas especulativas são subdivididas em dois tipos: Agricultura Norte Americana e Agricultura de Plantação. As agriculturas de economia em Agricultura da União Soviética e das Repúblicas Populares. Em livro mais recente, o autor, no Capítulo nove, *Economia Rural e Organização Regional*, identifica 4 tipos: Agricultura de Subsistência; Agricultura de Mercado; Agricultura de Especulação e Agricultura dos Países de Economia Socialista. *Vela Précis de Géographie Rurale*, RUF, 1963.

6 - Não está em discussão ou "melhores" indicadores do capital.

sub-espacos onde se pratica uma agricultura altamente mecanizada e outros caracterizados pelo baixissimo emprego de trabalho humano são, em certos casos, colocados na mesma classe de agriculturas, intensivas pelo capital, á base de critérios embalados pela "lei" de que mecanização agrícola provoca poupança de mão-de-obra. Na verdade, a "lei" pode ser válida num sentido mas nem sempre, na contramão, de modo que essas duas variáveis não, são mutuamente exclusivas. A colocação na classe das agriculturas intensivas pelo capital, de espacos "sem trabalhadores", porque mudaram sua estrutura econômica, substituindo os cafezais pelo pastoreio semi-extensivo, teria sido evitada se as duas variáveis, indicadores do atributo capital (6) tivessem sido consideradas, ao longo de todo o processo de produção de espacos-tipos. A falta de informações estatísticas não justifica, ainda que muito bem argumentada, a quebra da regra da coerência interna.

Os teóricos da classificação espacial costumam afirmar, em outras palavras, que os processos de regionalização, empregados para determinados objetivos, contém forte dose de abstração teórico-metodológico. Essa regra permitiu a conclusão de que o produto final de um processo de classificação nem sempre poderá ser integralmente reutilizado, para concretização de outros objetivos ou estudos. Os níveis de abstração são de ordens teórico-metodológica sem que isso signifique que o produto final obtido sejam espacos vazios, sem existência concreta. Talvez, como foi dito, o termo "espaco pretexto", para se atingir determinados objetivos, seja mais adequado.

Parece que a mesma coisa foi dita, por autores mais recentes, ainda que de outra maneira. SANTOS (2) em sua nova conceituação de região, coloca a questão dos capitais fixos, que são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação e daqueles socialmente criados, cuja lógica não é apenas regional, sobretudo quando as preocupações, que ditaram a sua instalação estão ligadas ao funcionamento da economia nacional

como um todo. Depois de lembrar que a região e o lugar são lugares funcionais do todo, levanta a questão de como sair do impasse, se desejamos dividir socialmente a totalidade segundo um critério horizontal geográfico? A resposta é apresentada como tarefa impossível se o problema for considerado de um ponto de vista dinâmico, pois as mudanças funcionais modificam historicamente os limites reais de cada sub-espaco. Todavia, lembra o autor, tomando um ponto no tempo, o problema pode ser obviado. Ai, entra abstração teórico-metodológica.

Em trabalho publicado em 1980, GOLDENSTEIN e SEABRA (7) concluem, após longa análise dos trabalhos de LIPIETZ (8) e OLIVEIRA (9) que as posições dos dois autores, a propósito da natureza da região (na realidade capitalista) e dos processos de regionalização são basicamente as mesmas. São realidades objetivas complexas, cuja delimitação territorial é permitida. Isso não invalida uma boa dose de abstração metodológica nos critérios de regionalizar. Para OLIVEIRA a região econômico-política é um dado da realidade objetiva das formações econômico-sociais nacionais, tem uma dimensão espacial cuja especificidade pode ser rigorosamente determinada no contexto teórico-metodológico que adota (7). Nesse caso funciona certa dose de abstração teórico-metodológica sem que esta conduza a produção de espacos ócos, vazios, fechados ou sem existência concreta.

## CONCLUSÃO

A teoria das classificações espaciais dos anos 60 adicionou, a questão da regionalização, inestimáveis contribuições no que tange à necessidade de se respeitar determinadas regras, normas ou disciplinas dos procedimentos de raciocínio. Até então o ato de

7 - GOLDENSTEIN, L e SEABRA, M. (1980) Divisão territorial do trabalho e nova regionalização.

8 - LIPIETZ, A. (1977) Le Capital et son espace. François Maspero, Paris.

9 - OLIVEIRA, F. de (1975) Elegia para uma região. SUDENE, Nordeste e conflito de classe. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

regionalizar se assemelhava, talvez, ao procedimento mecânico de somar ou dividir espaços, com o objetivo de descrevê-las e compará-las. É claro que naquela época estava mais presente, nas contribuições de geógrafos, a idéia da região histórica, criada antes da revolução dos transportes, quando as relações regionais internas eram mais claramente identificados e comprovadas.

A "nova geografia" acabou colocando à mostra as fraquezas e a ingenuidade daquela noção de região, tendo em vista a internacionalização da economia e a constante presença do Estado moderno na totalidade das atividades agrárias. A partir dos anos 70, o ato de regionalizar foi identificado a um processo extremamente mais complexo, de escolha dos atributos considerados relevantes e de análise das relações internas do espaço que, em última instância, nada mais é que um lugar funcional do espaço total.

#### ABSTRACT

This paper, presented on the 8th National Meeting for Agricultural Geography (1987), tries to discuss some conceptual problems on agricultural regionalization and the theory of spatial classification. From the author's experience on the early seventies, the "quantitative epoch", a brief review of some ideas from the marxist approach and from the work of the IGU's commission on agriculture geography is presented. After some reasoning, the author concludes on the naivety of the use of simple taxonomic procedures for regionalization in a internationalized economy. The regionalization act has to be identified as a much more complex task, in order to choose to representative variables that show the internal relationships of a space which is no more than a place in a global world.